

Um órgão para a Igreja do Carmo

Exemplo de uma nova dinâmica musical nas instituições religiosas da Horta na segunda metade do século XIX

LUÍS HENRIQUES TEXTO
UNIVERSIDADE DE ÉVORA

O convento do Carmo na cidade da Horta, única instituição de carmelitas calçados no arquipélago dos Açores, foi fundado no local onde existira uma ermida com invocação de Nossa Senhora da Boa Nova. A fundação desta casa datará de meados do século XVII, cujo alvará é de 9 de Setembro de 1649, após o pedido de fundação feito por D. Helena Boim, viúva do Capitão-mor Francisco Gil da Silveira, fundador da ermida da Boa Viagem, obtendo licença do provincial Fr. Gaspar dos Reis a 30 de Novembro do ano seguinte.¹ Após a edificação das oficinas do convento, foi encetado o processo de construção de uma igreja anexa, que se pretendia ampla e condicente com a devoção a Nossa Senhora do Carmo.² A construção do templo iniciou-se em 1698, tendo sido completada no ano de 1751, excepto o imponente frontispício, somente completado em 1797.³ A obra da capela da Ordem Terceira terá sido iniciada em 1759.⁴ É, na sua génese, uma construção desenvolvida ao longo da centúria de Setecentos.

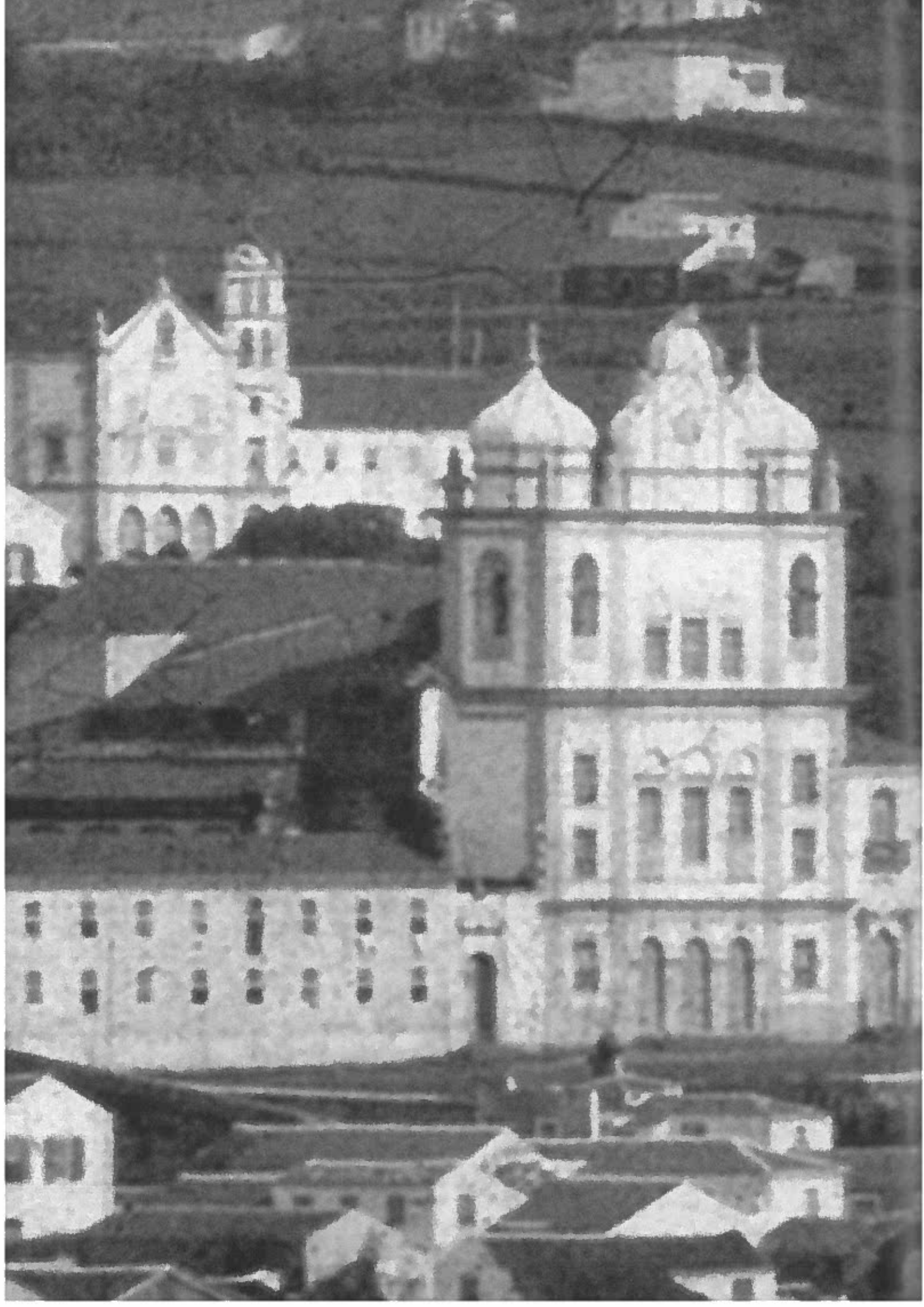
Apenas trinta e cinco anos após a conclusão do frontispício, foi o Convento do Carmo extinto através do Decreto de 17 de Maio de 1832, sendo, dois anos mais tarde, aquando da extinção das ordens em todo o território português, realizado um inventário dos bens ali existentes.⁵ No final de 1835,

veio ordem para que fossem demolidos os conventos extintos que não fossem necessários e os materiais deveriam ser vendidos em hasta pública. Contrariamente aos conventos de São João e de Santo António (que não acabou demolido, mas despojado de todo o seu recheio), o Convento do Carmo sobreviveu à consequente demolição por via dos esforços do deputado e conselheiro António José d'Ávila (futuro Duque d'Ávila e Bolama).⁶ A igreja do convento foi entregue à Ordem Terceira do Carmo, para nela celebrarem as festividades, por Portaria de 7 de Junho de 1836.⁷

O restante edifício do convento passou para a propriedade do Estado, sendo aí instalado um quartel militar. Bastante arruinado pelo sismo de 1926, o edifício foi reconstruído, mantendo as mesmas funções até 2008.⁸ Na cerca, foi instalado o cemitério comum às três freguesias da cidade.

A Ordem Terceira tratou, então, de decorar o templo, com cortinados e lustres, celebrando com pompa as respectivas festividades religiosas, com grande contributo dos devotos,⁹ e adquirindo um órgão, provavelmente aquele que actualmente se conhece associado à Igreja do Carmo da Horta. O instrumento encontrava-se instalado em tribuna própria, na segunda capela lateral do lado da Epístola, tendo sido retirado em 1999 para ser reparado, no âmbito das obras iniciadas no templo após o sismo que, no ano anterior, havia atingido gravemente a ilha do Faial.¹⁰ A caixa contém duas inscrições: o ano de 1855, inscrito por cima





do someiro, e a inscrição entre o teclado e as palhetas em chamada “DA ORD. 3ª DE Nª Sª DO CARMO”.

O Padre Manuel Azevedo da Cunha refere nas suas *Notas Históricas* uma carta do Padre João Goulart Cardoso, vigário dos Flamengos, em que situava a compra do órgão entre 1840 ou 1850.¹¹

De acordo com essa carta do vigário dos Flamengos, um órgão que o mesmo vendera para a igreja paroquial de Nossa Senhora das Neves do Norte Grande (ilha de São Jorge) tinha sido, por sua vez, vendido à igreja dos Flamengos pela Ordem Terceira carmelita, por “ser pequeno para tão grande e magestoso templo”. Refere ainda o Padre Azevedo da Cunha que este órgão era de pequena dimensão e de oitava curta, o que sugere tratar-se de um instrumento incluído no grupo de órgãos construídos para o arquipélago nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras do século XIX pelos organeiros António Xavier Machado e Cerveira e Joaquim António Peres Fontanes.¹² Este instrumento existente na Igreja do Carmo por volta de 1854 havia sido herdado do período em que essa casa possuía funções monástico-conventuais. Surge, assim, no inventário realizado em 1834, no seguimento da extinção do convento, designado no documento como “hum orgão muito inferior”.¹³ Desta forma, o inventário refere os religiosos que habitavam o convento à data da extinção, em número de dezasseis, dois deles coristas, o que permitiria a efectiva celebração dos ofícios litúrgico-musicais diários, que teriam acompanhamento de órgão. Todavia, na relação dos religiosos presente no inventário, nenhum dele surge mencionado como organista, pelo que se pressupõe não ser ofício específico de um indivíduo e acumulando um dos religiosos, para além do serviço do coro, também o de tangedor. Em 1820, a comunidade do convento era composta por doze religiosos professos, quatro leigos e um pupilo e, em 1832, possuía doze religiosos professos, quatro deles coristas, e três leigos.¹⁴

Terá sido esse instrumento “muito inferior” o que foi vendido para a igreja dos Flamengos por volta de 1854, por ser “pequeno para tão grande e magestoso templo”, possibilitando fundos para a compra de novo instrumento mais condigno com a sumptuosidade do templo. Desta forma, o escrivão João Pereira Sarmiento lavrava, a 9 de Dezembro de 1854, uma escritura de responsabilidade e hipoteca que fez a Ordem Terceira do Carmo a Francisco Garcia do Rosário, como garantia do pagamento por ele afiançado do custo do órgão que se pretendia adquirir.¹⁵ Embora actualmente desmontado, o instrumento possui caixa paralelepípedica, em madeira policromada, pintada em dois tons de azul e dourado, com molduras faixeadas, de linhas rectas, com cimalha e marcação de três níveis (foles, mecanismo e tubos). A rematar o conjunto, um frontão triangular com decorações vegetalistas douradas e brasão da Ordem do Carmo.¹⁶ O instrumento, que até 1999 esteve instalado na Igreja do Carmo, possui as seguintes características: mecânica de teclado suspenso com tracção dos registos

também mecânica; uma extensão do teclado de Dó 1 a Fá 5 com seis registos inteiros e dois pisantes com sistema mecânico para ligar e anular os registos de 4', 2 2/3' e 2'. O órgão possui seis registos: Principal (de 8'), Bourdon (de 8') Octav (de 4'), Quinta (de 2 2/3'), Fifteenth (de 2') e Trompet (de 8').¹⁷

A construção do órgão de 1855 tem sido atribuída a Marcelino Lima, artista marceneiro activo na cidade da Horta no século XIX.¹⁸ A este respeito, veja-se também o órgão da Igreja Matriz da Urzelina, ilha de São Jorge, intervencionado por Marcelino Lima também em 1855, que muito possivelmente o terá construído a partir de material de um instrumento anterior. Este construtor terá ainda feito um outro órgão em 1869, cujo paradeiro actual se desconhece.¹⁹ No final houve uma intervenção no órgão da Igreja do Carmo, cuja inauguração foi referida na imprensa da cidade. João de Deus Teixeira (1852-1904), um dos dois organeiros (a par de Manuel de Serpa da Silva) activos na Horta nas últimas décadas de oitocentos,²⁰ foi o responsável por esta intervenção.

De acordo com as notícias publicadas, Teixeira surge referido como autor do órgão, o que, à partida, pressupõe que tenha construído um novo instrumento. A notícia avança que Teixeira era “simplesmente um curioso de muito merecimento, que por si só construiu o órgão que vimos de falar, e que se não está uma obra de primor, como se não pode exigir, está comtudo feito com bastante perfeição e segurança”, felicitando o autor pelo trabalho.²¹ Foi o instrumento inaugurado na festa de São Francisco de Paula realizada na dita igreja, “com musica de capella acompanhada no órgão”. Um mês após a inauguração do instrumento da Igreja do Carmo, novo noticiário refere a ida de Teixeira a Santo Amaro, na ilha do Pico, onde havia ido montar “um órgão que construiu para a igreja daquela freguesia”.²² Adianta ainda a notícia que o órgão por este montado na Igreja do Carmo havia já sido experimentado e “segundo os entendedores, deu os mais satisfatórios resultados tanto na força de vozes, como na harmonia de sons, mostrando assim estar construído com as regras e preceitos da arte”. Nesse mesmo tempo, Manuel de Serpa da Silva montou um órgão na igreja paroquial de Pedro Miguel, cuja autoria é erradamente atribuída, com os mais rasgados elogios, a Teixeira pelo correspondente do jornal *O Açoriano* naquela freguesia faialense.²³

A partir destas referências surge a dúvida relativamente à profundidade da intervenção de João de Deus Teixeira no instrumento de 1855. Por norma, das intervenções posteriores realizadas noutros órgãos açorianos no século XIX, apenas foi reutilizada a caixa do instrumento (como aconteceu com o já referido órgão da Urzelina e a intervenção de Marcelino Lima), assim como algum registo isolado e os respectivos tubos. Deste modo, não será de excluir a hipótese de que João de Deus Teixeira tenha introduzido uma nova composição no órgão de 1855, mantendo apenas a caixa primitiva. Esta acção é sugerida pelo nome dos

registros presentes no instrumento em 1999 acima mencionados, apontando mais para um instrumento do final do século XIX do que de meados do século, por comparação com outros existentes no arquipélago. Um desses exemplos é o do registo de *Bourdon 8'* também presente noutro órgão que Teixeira construiu em 1904 para a Igreja de Nossa Senhora da Graça da freguesia vizinha da Praia do Almo-xarife. Um outro aspecto refere-se aos comentários feitos na imprensa, que, embora vagos, sugerem uma profunda intervenção. A expressão “força de vozes” sugere que este último instrumento teria maior potência sonora do que o de 1855, muito possivelmente devido à introdução de um novo sistema de foles que conferia maior pressão de ar, introduzido em vários órgãos açorianos no final de oitocentos, sobretudo por Manuel de Serpa da Silva.²⁴ Por outro lado, a expressão “harmonia de vozes” parece remeter para uma certa modernização do órgão, nomeadamente no que diz respeito ao diapasão, passando para o chamado “diapasão de orquestra”, como frequentemente surge referida a afinação a 440 Hz dos órgãos construídos por Serpa da Silva e Teixeira.

A aquisição deste instrumento para a Igreja do Carmo, que, embora sufragânea da Matriz da cidade, era um dos templos da Horta com maior actividade musical, reflecte a tendência da urbe faialense no que concerne à prática musical em contexto religioso, que, em geral, também se manifesta um pouco por todo o reino português. Actividade reservada aos eclesiásticos e a um grupo muito restrito de leigos especializados na arte durante o Antigo Regime, após a implantação do regime Liberal surgem nas igrejas paroquiais grupos compostos por leigos e alguns eclesiásticos (sobretudo aqueles cujos cargos sobreviveram à extinção das colegiadas) que asseguram a música nas celebrações litúrgicas. Trata-se essencialmente de assegurar a componente musical das missas das festas principais do Ano Litúrgico (que incluíam também os ofícios de Vésperas e Matinas), assim como das missas dominicais e dos serviços fúnebres. Regra geral, eram pagos pelo serviço musical, mas, frequentemente, prescindiam dos “merecimentos” enquanto beneméritos de determinada festividade, que, no caso da Igreja do Carmo, se centrava na festa de Santa Filomena. Talvez o fizessem por amizade a um dos fomentadores e patronos desta festa nas últimas décadas do século XIX, João de Deus Teixeira, violinista e director da Orquestra João de Deus, um importante agrupamento na dinâmica musical da cidade.²⁵ Socialmente, estes músicos provêm de famílias de uma burguesia desafogada, geralmente professores, funcionários públicos ou comerciantes da cidade, incluindo vários elementos de cada família. No caso da Horta, é de destacar, nas últimas décadas do século XIX, a família Leal Furtado, à qual pertencia o então Ouvidor Eclesiástico José Leal Furtado,²⁶ assim como um dos mais destacados pianistas e maestros da cidade, José Cândido Bettencourt Furtado.²⁷ Este último dobrava também, no contexto religioso, como

organista, sendo várias as notícias da sua participação nas actividades musicais na Igreja do Carmo.

Entre 1880 e 1926 encontram-se referências às festividades mais importantes do ano celebradas na Igreja do Carmo. A de Santa Filomena, do Triunfo, do Desagravo do Santíssimo Sacramento (*Corpus Christi*), Santo Alberto, São Francisco de Paula e, claro, a festa mais importante de Nossa Senhora do Carmo.²⁸ Uma das festas de particular devoção na Igreja do Carmo era a de Santa Filomena, com capela própria mandada construir por um ascendente do morgado Terra, que havia mandado colocar as armas da família no cimo do respectivo retábulo.²⁹ A festa não possuía data fixa, celebrando-se, por exemplo, no ano de 1893 a 15 de Setembro, no ano seguinte a 28 de Setembro, e em 1896 a 28 de Dezembro. Nestas datas é referida a participação do órgão em conjunto com a orquestra João de Deus ou com a União Musical, da qual era maestro José Cândido Bettencourt Furtado, que também surge como organista. Na missa da meia-noite do Natal de 1908, celebrada na Igreja do Carmo, foi a música dirigida pelo reverendo Comissário do Carmo, António Ignácio da Silveira, e acompanhada ao órgão por Maria Luiza d'Avellar Furtado (mulher de José Cândido Bettencourt Furtado).³⁰ A festa do Triunfo era de grande importância nesta igreja. Era celebrada com missa e procissão, onde iam oito imagens do Salvador, representando os dolorosos passos da Paixão no Quinto Domingo da Quaresma.³¹ Nas celebrações de 1897, a ladainha, cantada no Sábado à tarde antes da procissão, foi acompanhada pelo órgão.³² Uma das festas que também se destacavam durante o ano litúrgico era a do Desagravo do Santíssimo Sacramento, possivelmente em virtude do legado feito à capela do Santíssimo Sacramento por parte do arcebispo de Goa, D. António de Neiva Brum (de origem faialense) de uma quarta parte dos seus bens havidos da herança paterna, com um legado anual de 12\$800 réis.³³ Aqui, também surge o órgão como acompanhamento das vozes, juntamente com a orquestra João de Deus, ou de forma isolada.

Para além das festividades anteriormente enunciadas, a que maior fôlego tinha na Igreja do Carmo anualmente era a festa de Nossa Senhora do Carmo, celebrada a 16 de Julho. No ano de 1895, a música desta festa, que incluía novenas, vésperas solenes, *Te Deum* e missa festiva, foi acompanhada pela orquestra João de Deus com a participação do respectivo órgão, tocando José Cândido Bettencourt Furtado.³⁴ Refere também o Padre Azevedo da Cunha que existia uma colecção de responsórios para o ofício de Matinas desta festa, “que se dizia serem muito inspirados”, de compositor desconhecido, que o autor das *Notas Históricas* supunha ser “certo frade”, e cuja cópia era impossível obter da família Leal Furtado, tal “era o alto apreço em que se tinha aquela linda partitura”.³⁵ Por aqui se percebe que a exclusividade do repertório musical destinado a essa celebração seria sinónimo da alta importância que a festividade tinha no meio musical da cidade.

Em jeito de resumo, poderá afirmar-se que o órgão adquirido pela Ordem Terceira do Carmo para a respectiva igreja da cidade da Horta representou, na segunda metade do século XIX, um importante meio na dinâmica musical deste templo. O instrumento herdado dos carmelitas pela Ordem Terceira foi vendido para ser adquirido em 1854 um novo instrumento com maiores possibilidades sonoras. Este terá sido, por sua vez, “modernizado” no final do século XIX, possivelmente para corresponder a novas exigências musicais, nomeadamente a sua participação com um grupo instrumental no acompanhamento das vozes durante os serviços litúrgicos. Serviu também o instrumento para solenizar as festividades mais importantes celebradas neste templo, sobretudo a festa de Nossa Senhora do Carmo, maior momento de devoção popular do ano litúrgico.

NOTAS

- ¹ Ágata Biga, *A Igreja do Carmo – Património da Cidade da Horta* (Dissertação de Mestrado), Universidade Aberta, 2010 (texto policopiado), vol. I, p. 33 (disponível em <http://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/16831>)
- ² Fernando Faria “A igreja e o convento de Nossa Senhora do Carmo”, *Tribuna das Ilhas*: consultado a 15 de Outubro de 2018 (<http://www.tribunadasilhas.pt/index.php/lopiniao/item/12940-a-igreja-e-o-convento-de-nossa-senhora-do-carmo/>)
- ³ António L. da Silveira Macedo, *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981, vol. II, p. 147.
- ⁴ A. Biga, op. cit., vol. I, p. 35.
- ⁵ A. S. Macedo, op. cit., vol. II, p. 147.
- ⁶ Idem, ibidem, vol. II, p. 147.
- ⁷ Marcelino Lima, *Anais do Município da Horta. Ilha do Faial*, Horta, Oficinas Gráficas Minerva, 1940, p. 274.
- ⁸ A. Biga, op. cit., vol. I, p. 35.
- ⁹ A. S. Macedo, op. cit., vol. III, p. 25.
- ¹⁰ A. Biga, op. cit., vol. I, p. 52.
- ¹¹ Manuel Azevedo da Cunha, *Notas Históricas: Offerecidas á Mocidade Estudiosa Calhetense*, Calheta, S. Jorge, Typographia de O Dever, 1924, p. 463.
- ¹² Cf. Dinarte Machado & Gerhard Doderer, *Inventário dos Órgãos dos Açores*, Angra do Heroísmo, Presidência do Governo Regional/Direcção Regional da Cultura, 2012. Veja-se, em particular, o instrumento existente na Igreja Matriz da Santíssima Trindade das Lajes do Pico, opus 66 de António Xavier Machado e Cerveira, datado de 1804.
- ¹³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo de extinção do Convento do Carmo, caixa 2266, f. 8r. Reproduzido por A. Biga, op. cit., vol. II.
- ¹⁴ M. Lima, *Anais do Município*, p. 274.
- ¹⁵ Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, Notariais, 3.º Ofício, Livro de Notas n.º 37, ff. 10r-13v., referida por A. Biga, op. cit., vol. II. Por impossibilidades logísticas, o autor não conseguiu ter acesso ao documento em tempo útil para a redacção deste texto.
- ¹⁶ A. Biga, op. cit., vol. I, p. 120.
- ¹⁷ Machado & Doderer, op. cit., p. 115.
- ¹⁸ Idem, ibidem. Os autores avançam o nome de Lima como autor do órgão da Igreja do Carmo, sem, contudo, fornecerem mais dados sobre esta atribuição.
- ¹⁹ M. A. Cunha, *Notas Históricas*, p. 463. Este instrumento não surge mencionado em Machado & Doderer, op. cit.
- ²⁰ Luís Henriques, “Cosmopolitismo Musical na Cidade da Horta no Final do Século XIX”, *Glosas IV* (2011), p. 83.
- ²¹ *O Fayalense*, 12 de Junho de 1892.
- ²² *O Fayalense*, 10 de Julho de 1892.
- ²³ *O Açoriano*, 17 de Julho de 1892.
- ²⁴ Cf. Machado & Doderer, op. cit., p. 105.
- ²⁵ *O Telegrapho*, 26 de Outubro de 1895.
- ²⁶ M. A. Cunha, op. cit., p. 378.
- ²⁷ L. Henriques, loc. cit., p. 82.
- ²⁸ Cf. Carlos Lobão, *Uma Cidade Portuária – A Horta entre 1880-1926. Sociedade e Cultura com a Política em Fundo* (Tese de Doutoramento), Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2013 (texto policopiado), vol. II, p. 76.
- ²⁹ M. Lima, *Anais do Município*, p. 273.
- ³⁰ *O Telegrapho*, 21 de Dezembro de 1908.
- ³¹ A. S. Macedo, *História das Quatro Ilhas*, vol. III, p. 25.
- ³² *O Telegrapho*, 31 de Março de 1897.
- ³³ M. Lima, op. cit., pp. 273-274.
- ³⁴ *O Telegrapho*, 19 de Julho de 1895.
- ³⁵ M. A. Cunha, *Notas Históricas*, pp. 378-379.